



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO
CNPJ: 01.612.771/0001-00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CNPJ: 20.306.826/0001-00

CONTRATO Nº: 112/2017

TERMO DE CONTRATOPOR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICOQUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO E JOSE AILTON FERREIRA FIDELIS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONFORME DISCRIMINADO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de SERTÃOZINHO - Rua Dirson Andrade, nº 103- Bairro:CENTRO-Cidade:SERTÃOZINHO - Estado: PB, CNPJ nº 01.612.771/0001-00, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito(a) JOSE DE SOUSA MACHADO, Nacionalidade:BRASILEIRO, Estado Civil:DIVORCIADO, residente e domiciliado(a) na(o)RUA JOAO DE FREITAS MOUZINHO, nº S/N - Bairro:CENTRO, cidade: SERTÃOZINHO - Estado: PB, CPF nº 364.156.184-15, Carteira de Identidade nº 8.79780 SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado a Pessoa Física: JOSE AILTON FERREIRA FIDELIS - CPF nº 085.399.994-55, neste ato representado por JOSE AILTON FERREIRA FIDELIS residente e domiciliado na(o)RUA PROJETADA, nº S/N- Bairro: CENTRO- Cidade: SERTÃOZINHO- Estado:PB, CPF nº 085.399.994-55, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO:

Este contrato do regime jurídico atribuído aos servidores contratados por tempo determinado, com fulcro no Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, da Constituição Federal de 1988. Amparada também pela Lei nº 8.112, de 11de Dezembro de 1990, determinada pelo Art. 13 daLei nº 9.527, de 10 de Dezembro de 1997, art. 3º em seu parágrafo único e nos Artigos 2º e 3º CLT - CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943- (a referida contratação atende os requisitos de: não eventualidade, subordinação, onerosidade, pessoalidade e alteridade previstas na CLT).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO:

O presente contrato tem por objetivo: PRESTAR SERVIÇOS DE PROFESSOR (A) DE EJA (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA E. M. E. F. ULISSES MAURÍCIO DE PONTES, JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DESTE MUNICÍPIO.

Os serviços deverão ser(em)prestados de acordo com as condições expressas neste instrumento e as instruções do Contratante, independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA-LOTAÇÃO - SECRETARIA:

O(A) CONTRATADO(A) atuará junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CNPJ nº 20.306.826/0001-00, tendo a frente da sua administração o(a) Srº(ª) MARIA DE LOURDES FARIAS DA COSTA, inscrito(a) sob o CPF nº 288.476.524-72, nomeado(a) por Portaria emitida pelo Poder Executivo da Entidade Superior em conformidade

com a Legislação vigente, atribuindo ao referido Secretário(a) as responsabilidades inerentes ao seu cargo.

CLÁUSULA QUARTA-CARGA HORÁRIA:

Seguindo os preceitos do Art. 7º, Incisos XIII e XIV da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, prestará seu serviço com carga horária de 20 horas - aula, mais 10 hora departamentais, totalizando 30 horas semanais.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DOS VENCIMENTOS:

O valor dos vencimentos/honorários deste contrato, fundamenta-se no Capítulo II, Art. 7º, Incisos IV, V, VII, XV da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, e a CLT - Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 art. 5º, a base de remuneração proposta é de R\$ 937,00 (NOVECIENTOS E TRINTA E SETE REAIS), acrescido a Gratificação de sem gratificação, no valor de R\$ 0,00 (....), totalizando o Valor Bruto de R\$ 937,00 (NOVECIENTOS E TRINTA E SETE REAIS), onde será deduzido os impostos inerentes aos serviços prestados, conforme preceitua a Lei 01/2000 e Lei 4.320/64.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos: 3.1.90.04.01 -06.00 - 12.361.2012.2026 - 12.361.2012.2027 - 12.361.2012.2028 - 12.361.2012.2047 - 12.365.2018.2033 EJA

CLÁUSULA SETIMA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado na Tesouraria do Contratante, mediante processo regular, da seguinte maneira: MENSAL, para ocorrer no 30 dias, contados do período de adimplemento de cada parcela.

CLÁUSULA OITAVA - DOS PRAZOS:

Início: Imediato a contar da assinatura deste Instrumento de Contratação Por Excepcional Interesse Público.

Duração: 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogável por igual período a critério da Administração Pública.

Encerramento: 30-11-2017.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- a - Efetuar o pagamento relativo a prestação dos serviços efetivamente realizados, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;
- b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel prestação dos serviços contratados;
- c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais.

CLÁUSULA DECIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

- a - Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

- d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f - Não ceder, transferir ou sub-contratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
- g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas Leis vigentes e pertinentes no que concerne ao objeto deste contrato, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO:

Este contrato poderá ser alterado, unilateralmente pela Contratante ou por acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas: a - advertência; b - Rescisão do Contrato; c - simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei vigente do Regime CLT.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de PIRIPITUBA-PB.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02 (duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

SERTÃOZINHO - PB, 29 de setembro de 2017 .

TESTEMUNHAS

Joseilda Ferreira Vieira de Pontes
CPF: 065.345.284-52

Maria de Lourdes Góias da Costa
CPF: 088.496.524-72

PELO CONTRATANTE

JOSE DE SOUSA MACHADO
Prefeito (a) Constitucional
CPF nº 364.156.184-15

PELO CONTRATADO

Jose Ailton Ferreira Fidelis
JOSE AYLTON FERREIRA FIDELIS
CPF nº 085.399.994-55